

Bruxelas, 24 de fevereiro de 2026
(OR. en)

5983/26

LIMITE

CORLX 121
CFSP/PESC 173
COEST 98
FIN 199

ATOS LEGISLATIVOS E OUTROS INSTRUMENTOS

Assunto: DECISÃO DO CONSELHO que altera a Decisão 2014/119/PESC que impõe medidas restritivas dirigidas a certas pessoas, entidades e organismos, tendo em conta a situação na Ucrânia

DECISÃO (PESC) 2026/... DO CONSELHO

de ...

**que altera a Decisão 2014/119/PESC
que impõe medidas restritivas dirigidas a certas pessoas, entidades
e organismos, tendo em conta a situação na Ucrânia**

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia, nomeadamente o artigo 29.º,

Tendo em conta a proposta da alta representante da União para os Negócios Estrangeiros
e a Política de Segurança,

Considerando o seguinte:

- (1) Em 5 de março de 2014, o Conselho adotou a Decisão 2014/119/PESC¹.
- (2) Com base numa reapreciação da Decisão 2014/119/PESC, as medidas restritivas nela estabelecidas deverão ser prorrogadas até 6 de março de 2027 e as informações constantes do anexo dessa decisão relativas aos direitos de defesa e ao direito a uma proteção jurisdicional efetiva deverão ser atualizadas.
- (3) Por conseguinte, a Decisão 2014/119/PESC deverá ser alterada em conformidade,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

¹ Decisão 2014/119/PESC do Conselho, de 5 de março de 2014, que impõe medidas restritivas dirigidas a certas pessoas, entidades e organismos, tendo em conta a situação na Ucrânia (JO L 66 de 6.3.2014, p. 26, ELI: [http://data.europa.eu/eli/dec/2014/119\(1\)/oj](http://data.europa.eu/eli/dec/2014/119(1)/oj)).

Artigo 1.º

A Decisão 2014/119/PESC é alterada do seguinte modo:

- (1) No artigo 5.º, segundo parágrafo, a data «6 de março de 2026» é substituída pela data «6 de março de 2027»;
- (2) O anexo é alterado nos termos do anexo da presente decisão.

Artigo 2.º

A presente decisão entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Feito em ..., em ...

Pelo Conselho

O Presidente / A Presidente

ANEXO

No anexo da Decisão 2014/119/PESC, na secção B («Direitos de defesa e o direito a uma proteção jurisdicional efetiva»), na rubrica «Aplicação dos direitos de defesa e do direito a uma tutela jurisdicional efetiva a cada uma das pessoas incluídas na lista», as informações relativas a Vitalii Yuriyovych Zakharchenko, Viktor Ivanovych Ratushniak e Serhiy Vitalyovych Kurchenko passam a ter a seguinte redação:

«2. **Vitalii Yuriyovych Zakharchenko**

Estão ainda em curso os processos penais por desvio de fundos ou bens públicos.

As informações constantes do dossiê do Conselho mostram que os direitos de defesa e o direito a uma tutela jurisdicional efetiva, incluindo o direito fundamental à decisão em prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, de Vitalii Yuriyovych Zakharchenko foram respeitados nos processos penais em que o Conselho se baseou. Este facto é comprovado, em especial, pelas decisões do juiz de instrução de 19 de abril de 2021 que decretaram a medida de prisão preventiva a Vitalii Yuriyovych Zakharchenko, bem como pela decisão do Tribunal Distrital de Pecherskyi de Kiev, de 10 de agosto de 2021, que autoriza a realização de uma instrução especial no âmbito do processo penal n.º 4201600000002929. Estas decisões dos juízes de instrução confirmam a qualidade de suspeito de Vitalii Yuriyovych Zakharchenko e sublinham que o suspeito está a furta-se à investigação para fugir à sua responsabilidade penal.

Além disso, o Conselho dispõe de informações de que as autoridades ucranianas tomaram medidas para procurar Vitalii Yuriyovych Zakharchenko. Em 12 de fevereiro de 2020, o órgão responsável pela investigação decidiu inscrever Vitalii Yuriyovych Zakharchenko na lista internacional de pessoas procuradas e enviou um pedido ao Departamento de Cooperação Policial Internacional da Polícia Nacional da Ucrânia para que fosse inserido na base de dados da Interpol. Além disso, em 11 de maio de 2021, a Ucrânia enviou um pedido de auxílio judiciário internacional à Federação da Rússia para determinar o paradeiro do Vitalii Yuriyovych Zakharchenko, que foi rejeitado pela Rússia em 31 de agosto de 2021.

O Conselho dispõe de informações de que, em 9 de fevereiro de 2022, foi concluída a instrução do processo penal n.º 4201600000002929 e de que, em 5 de agosto de 2022, na sequência do cumprimento dos requisitos do Código de Processo Penal da Ucrânia, a Procuradoria-Geral enviou uma acusação ao Tribunal Distrital de Pecherskyi na cidade de Kiev para apreciação do mérito da causa. Além disso, em 2 de maio de 2023, o Tribunal Distrital de Sviatoshynskyi de Kiev deferiu o pedido da Procuradoria e decidiu avançar para julgamento no âmbito do processo judicial especial (à revelia) na ausência do arguido. O Conselho foi informado de que as audiências em tribunal estão ainda em curso, tendo estado previstas 12 audiências em tribunal em 2024 e 14 audiências em tribunal previstas em 2025, algumas das quais não se realizaram, por razões que permitiram que o advogado de defesa recém-nomeado de Vitalii Yuriyovych Zakharchenko se familiarizasse com os elementos do processo, e devido a uma falha de energia no edifício do tribunal, na sequência de um ataque com mísseis. Paralelamente, o tribunal está a examinar documentos que constituem elementos de prova no âmbito do processo.

Com base nas informações prestadas pelas autoridades ucranianas, Vitalii Yuriyovych Zakharchenko não se fez representar por um advogado de defesa no processo penal na Ucrânia, mas um advogado de defesa designado tem representado os seus interesses. Não é possível determinar uma violação dos direitos de defesa e do direito a uma tutela jurisdicional efetiva quando a defesa não exerce esses direitos.

Em conformidade com a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, o Conselho considera que os períodos durante os quais Vitalii Yuriyovych Zakharchenko estiver a fugir à investigação devem ser excluídos do cálculo do período relevante para a apreciação do respeito do direito à decisão em prazo razoável. Considera, portanto, que as circunstâncias acima descritas, atribuídas a Vitalii Yuriyovych Zakharchenko, contribuíram significativamente para a duração da investigação.

6. Viktor Ivanovych Ratushniak

Estão ainda em curso os processos penais por desvio de fundos ou bens públicos.

As informações constantes do dossiê do Conselho mostram que os direitos de defesa e o direito a uma tutela jurisdicional efetiva, incluindo o direito fundamental à decisão em prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, de Viktor Ivanovych Ratushniak foram respeitados nos processos penais em que o Conselho se baseou. Este facto é comprovado, em especial, pelas decisões do juiz de instrução de 19 de abril de 2021 que decretaram a medida de prisão preventiva a Viktor Ivanovych Ratushniak, bem como pela decisão do Tribunal Distrital de Pecherskyi de Kiev, de 10 de agosto de 2021, que autoriza a realização de uma instrução especial no âmbito do processo penal n.º 4201600000002929. Estas decisões dos juizes de instrução confirmam a qualidade de suspeito de Viktor Ivanovych Ratushniak e sublinham que o suspeito está a furtar-se à investigação para fugir à responsabilidade penal.

O Conselho dispõe de informações de que as autoridades ucranianas tomaram medidas para procurar Viktor Ivanovych Ratushniak. Em 12 de fevereiro de 2020, o órgão responsável pela investigação decidiu inscrever Viktor Ivanovych Ratushniak na lista internacional de pessoas procuradas e enviou um pedido ao Departamento de Cooperação Policial Internacional da Polícia Nacional da Ucrânia para que fosse inserido na base de dados da Interpol. Além disso, em 11 de maio de 2021, a Ucrânia enviou um pedido de auxílio judiciário internacional à Federação da Rússia para determinar o paradeiro de Viktor Ivanovych Ratushniak, que foi rejeitado pela Rússia em 31 de agosto de 2021.

O Conselho dispõe de informações de que, em 9 de fevereiro de 2022, foi concluída a instrução do processo penal n.º 4201600000002929 e de que, em 5 de agosto de 2022, na sequência do cumprimento dos requisitos do Código de Processo Penal da Ucrânia, a Procuradoria-Geral enviou uma acusação ao Tribunal Distrital de Pecherskyi na cidade de Kiev para apreciação do mérito da causa. Além disso, em 2 de maio de 2023, o Tribunal Distrital de Sviatoshynskyi de Kiev deferiu o pedido da Procuradoria e decidiu avançar para julgamento no âmbito do processo judicial especial (à revelia) na ausência do arguido. O Conselho foi informado de que as audiências em tribunal estão ainda em curso, tendo estado previstas 12 audiências em tribunal em 2024 e 14 audiências em tribunal previstas em 2025. Algumas das referidas audiências em tribunal não se realizaram, por exemplo, por razões que incluíram uma falha de energia no edifício do tribunal, na sequência de um ataque com mísseis. Paralelamente, o tribunal está a examinar documentos que constituem elementos de prova no âmbito do processo.

Com base nas informações prestadas pelas autoridades ucranianas, Viktor Ivanovych Ratushniak não se fez representar por um advogado de defesa no processo penal na Ucrânia, mas um advogado de defesa designado tem representado os seus interesses. Não é possível determinar uma violação dos direitos de defesa e do direito a uma tutela jurisdicional efetiva quando a defesa não exerce esses direitos.

Em conformidade com a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, o Conselho considera que os períodos durante os quais Viktor Ivanovych Ratushniak tenha estado a fugir à investigação devem ser excluídos do cálculo do período relevante para a apreciação do respeito do direito à decisão em prazo razoável. Considera, portanto, que as circunstâncias acima descritas, atribuídas a Viktor Ivanovych Ratushniak, contribuíram significativamente para a duração da investigação.

12. Serhiy Vitalyovych Kurchenko

Estão ainda em curso os processos penais por desvio de fundos ou bens públicos.

As informações constantes do dossiê do Conselho mostram que os direitos de defesa e o direito a uma tutela jurisdicional efetiva, incluindo o direito fundamental à decisão em prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, de Serhiy Vitalyovych Kurchenko foram respeitados nos processos penais em que o Conselho se baseou. Tal é comprovado, em especial, pelo facto de a defesa ter sido notificada da conclusão da instrução do processo penal n.º 42016000000003393 em 28 de março de 2019, tendo-lhe sido concedido acesso às peças do processo para conhecimento. Em 11 de outubro de 2021, o Gabinete Nacional de Combate à Corrupção da Ucrânia informou ainda os advogados de defesa de Serhiy Vitalyovych Kurchenko sobre a conclusão da instrução do processo e a concessão de acesso às peças do processo para conhecimento. O Conselho recebeu informações de que o Gabinete Nacional de Combate à Corrupção da Ucrânia apresentou um pedido para se estabelecer um prazo para a revisão pela defesa, a fim de abordar o atraso da defesa na revisão das peças do processo. O Conselho foi informado de que, na sua decisão de 27 de junho de 2022, o Tribunal superior da Ucrânia especializado no combate à corrupção fixou um prazo até 1 de dezembro de 2022 para a defesa concluir o processo de preparação, após o que se considera que exerceu o seu direito de acesso às peças do processo. Em 7 de dezembro de 2022, o Gabinete da Procuradoria especializado na luta contra a corrupção enviou uma acusação ao Tribunal superior da Ucrânia especializado no combate à corrupção para apreciação do mérito da causa. Em 30 de março de 2023, o Tribunal realizou uma audiência preliminar e decidiu avançar para julgamento. Na mesma data, o Tribunal também deferiu o pedido da Procuradoria no sentido de instaurar um processo especial (à revelia) contra o arguido. O Conselho foi informado de que as audiências em tribunal estão ainda em curso e de que as provas documentais apresentadas pelo Ministério Público estão a ser examinadas pelo tribunal. O advogado de defesa de Serhiy Vitalyovych Kurchenko participa no julgamento.

No que respeita ao processo penal n.º 12014160020000076, na sua decisão de 18 de setembro de 2020, o Tribunal de Recurso de Odessa deu provimento ao recurso do Ministério Público e decretou uma medida de segurança na forma de uma medida de prisão preventiva a Serhiy Vitalyovych Kurchenko. O Tribunal declarou ainda que Serhiy Vitalyovych Kurchenko abandonou a Ucrânia em 2014, não sendo possível determinar o seu paradeiro. O Tribunal concluiu que Serhiy Vitalyovych Kurchenko se esconde dos órgãos de investigação para fugir à responsabilidade penal. Em 20 de dezembro de 2021, o Tribunal Distrital de Kyivskiy na cidade de Odessa autorizou a realização de uma instrução especial do processo à revelia. Além disso, em 20 de outubro de 2021, o Tribunal Distrital de Kyivskiy na cidade de Odessa negou provimento ao recurso apresentado pelos advogados de Serhiy Vitalyovych Kurchenko no sentido de anular a resolução do Ministério Público sobre a suspensão da instrução com data de 27 de julho de 2021.

O Conselho dispõe de informações de que as autoridades ucranianas tomaram medidas para procurar Serhiy Vitalyovych Kurchenko. Em 13 de maio de 2021, o Departamento Principal da Polícia Nacional da região de Odessa transmitiu um pedido ao Gabinete ucraniano da Interpol e da Europol para emitir um alerta vermelho relativo a Serhiy Vitalyovych Kurchenko, que está a ser analisado. O Conselho foi informado de que em 29 de abril de 2020 as autoridades ucranianas enviaram um pedido de auxílio judiciário internacional à Federação da Rússia, pedido que foi devolvido em 28 de julho de 2020 sem ter sido executado.

O Conselho foi informado de que, em 6 de maio de 2022, foi concluída a instrução do processo penal n.º 12014160020000076 e de que, em 1 de agosto de 2022, a Procuradoria da Região de Odessa enviou uma acusação ao Tribunal Distrital de Prymorskyi na cidade de Odessa para apreciação do mérito da causa. Em 18 de abril de 2023, o Tribunal deferiu o pedido da Procuradoria no sentido de instaurar um processo especial (à revelia) contra o arguido. O Conselho foi informado de que as audiências em tribunal estão ainda em curso, tendo estado previstas várias datas em 2024 e 2025. Por exemplo, na audiência em tribunal de 25 de janeiro de 2024, o advogado de defesa do arguido apresentou um pedido de afastamento do juiz, que foi apreciado em 21 de março 2024 e indeferido. Não se realizou outra audiência em 22 de maio 2024, devido ao pedido de afastamento do juiz apresentado pelo advogado de defesa, o qual foi apreciado em 3 de abril 2025 e indeferido. O Conselho foi ainda informado de que as provas documentais apresentadas pelo Ministério Público estão a ser examinadas pelo tribunal.

O advogado de defesa de Serhiy Vitalyovych Kurchenko tem participado em todas as audiências em tribunal.

Em conformidade com a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, o Conselho considera que os períodos durante os quais Serhiy Vitalyovych Kurchenko tem estado a fugir à investigação devem ser excluídos do cálculo do período relevante para a apreciação do respeito do direito à decisão em prazo razoável. Por conseguinte, o Conselho considera que as circunstâncias descritas na decisão do Tribunal de Recurso de Odessa atribuídas a Serhiy Vitalyovych Kurchenko, bem como a anterior inexecução do pedido de auxílio judiciário internacional, contribuíram significativamente para a duração da investigação.».
